

NOSSA OPINIÃO

/// Banco Central reduziu de 3,1% para 2,7% a estimativa do PIB para este ano. Já a projeção de inflação subiu de 5,7% para 6%

PROJEÇÃO PREOCUPANTE

Enquanto nas ruas o povo pede melhores condições de saúde pública, educação, transporte, etc., as perspectivas econômicas do país para 2013 declinam, o que deve se refletir na queda da arrecadação tributária e na ampliação das dificuldades para atender a essas reivindicações.

O Banco Central reduziu de 3,1% para 2,7% a estimativa de crescimento do PIB em 2013. No mesmo relatório, a autoridade monetária elevou a estimativa de inflação para este ano: 6%, é a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), patamar anticompetitivo para a economia. Em 2012, o índice ficou em 5,85%; em 2011, 6,5%, no teto do sistema de metas da inflação. Ou seja, vão se completar três anos do governo Dilma, sob intensa pressão inflacionária e baixo crescimento do PIB.

A inflação corrói o poder de compra da sociedade, com implicação no arrefecimento da demanda, elevação de custos das empresas e necessidade de arrocho na política monetária (juros mais altos). Não é esse o cenário que agrada ao povo que está nas ruas reivindicando



EU DIGO QUE...

“A Constituição define que só o Congresso tem a competência para fazer a lei eleitoral e qualquer mudança constitucional —

Aloízio Mercadante
Ministro da Educação, afirmando que o plebiscito proposto pelo governo vai nortear a reforma política, mas, segundo ele, a palavra final sobre as novas leis será do Congresso Nacional

Isabella Batalha Muniz Barbosa

É arquiteta-urbanista e doutora em paisagem e ambiente

/// Na multidão, na condição de anonimato, o indivíduo renova-se, é tomado pela experiência de apropriar-se do espaço público e, quem sabe, salvar-se

A tradução das vozes

Para qualquer cidadão torna-se imperativo uma reflexão no sentido de compreender o que considero “evento” de grande monta como este que leva diariamente milhares de brasileiros em protestos às ruas. O filósofo Kant, já no século XVIII, atribuiu ao Iluminismo um “evento” de significativo valor, caracterizando-o como um fenômeno, a modificação e a ruptura de uma relação preexistente. Guardadas as devidas proporções, as “vozes” que despertaram o “gigante adormecido”, como comumente referem-se as postagens nas redes sociais, incorporam a dimensão da autoridade dita “legítima” ou pública.

Muito de todo esse movimento provém de jovens apartidários, cuja maior causa se apoia na liberdade de expressão, no “basta”. Na perspectiva do processo de condução do movimento, a informação é o vetor fundamental viabilizada pelas tecnologias de rede. Para estes internautas, importa saber que a noção de princípio moral como integridade, gratidão, generosidade e honradez que marcam a correção do indivíduo há muito desapareceram da ordem do dia no cenário político do país.

A história recente mostra que o brasileiro poupou o pensamento autonomista, optou por restringir-se ao consenso

e ainda receia manifestar opinião que possa gerar controvérsias em público. Fato é que emitir opinião, mesmo sendo para o bem-estar coletivo, poderá gerar ônus apenas para o plano do indivíduo. Na multidão, na condição de anonimato, o indivíduo renova-se, é tomado pela experiência de apropriar-se do espaço público, e quem sabe, salvar-se.

O relevante é compreender, a partir da heterogeneidade de pautas no discurso, a possibilidade de um “saber”, a verdade localizada neste dado contexto. No movimento, identificam-se pontos de convergência de opiniões que refutam os impactos da globalização na hierarquia das cidades, que passam a ter um novo papel estratégico: atender à flexibilização da produção e aos novos fluxos tecnológicos, funcionando como pontos de organização da economia mundial. O futuro estaria inexoravelmente condicionado a este modelo?

Entretanto, vale lembrar que nesse ambiente não existe somente a “tecnosfera”, mas também a “psicosfera”, reino das ideias, das paixões, estimulando o imaginário social, como bem conceituou Milton Santos.

As “vozes” nas ruas nos traduzem que, para avançarmos, devemos checar constantemente o poder, e relacioná-lo da teoria à prática, contextualizando-o nas condições históricas e atuais. O debate hoje, portanto, gira em torno da necessidade de reelaborar o contexto político-social da modernidade no país dos brasileiros.